



IV Colóquio Internacional sobre
Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



COOPERAÇÃO E PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Valeska Nahas Guimarães

ALESSANDRA GRAMKOW

ESTEVAN FELIPE PIZARRO MUÑOZ

LESSANDRA SCHERER SEVERO

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DA INOVAÇÃO E DO TRABALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

1. Resumo

Com o objetivo de avaliar e refletir sobre a natureza das relações de cooperação e as parcerias interrelacionais estabelecidas pelas universidades públicas, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa exploratório-descritiva desenvolvida nos dois centros de ensino com a maior produção científica da UFSC. A partir de uma pesquisa exploratória inicial levantou-se informações sobre parcerias e outros tipos de cooperação entre a UFSC e pequenos e micro-empresendimentos de Santa Catarina. Foram aplicadas entrevistas com coordenadores de núcleos/laboratórios de pesquisa, coordenadores de Pesquisa e Extensão e pesquisadores. O estudo descritivo contemplou 17 laboratórios/núcleos de pesquisa que realizam parcerias e cooperação com micro e pequenos empresendimentos, constatando-se a diversidade de parcerias estabelecidas e os principais problemas que afetam o relacionamento entre as instituições parceiras. A fase final da pesquisa compreendeu a descrição de cinco experiências de parcerias bem sucedidas. Os resultados indicam que, apesar do grande destaque da UFSC em âmbito nacional, ainda são relativamente poucos os laboratórios/núcleos que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão de acordo com uma perspectiva de responsabilidade social, em sintonia com os reais anseios da sociedade.

2. Introdução

No atual contexto de inovações, a Ciência e a Tecnologia (C&T) apresentam-se como instrumento essencial para amenizar as pressões e promover o desenvolvimento econômico e social sustentável. Para tanto, busca-se cada vez em maior escala e velocidade, a realização de estudos e pesquisas que atendam as necessidades de novos produtos e processos inovadores. A racionalidade que move tais estudos é, seguramente, centrada nas exigências de um mercado global altamente competitivo.

Mas, a despeito da lógica predominante, há três décadas iniciou-se um movimento internacional em defesa da consolidação de uma área ou campo de estudos que se denomina "Ciência, Tecnologia e Sociedade" (CTS), dentro de uma perspectiva crítica de C&T a serviço da sociedade. As implicações, desde então, passam a ser percebidas nas relações entre os centros produtores e difusores de C&T e os usuários, sejam estas instituições privadas, públicas, com ou sem fins lucrativos.

No caso brasileiro, as universidades públicas e os institutos públicos de pesquisa respondem pela maior parcela de desenvolvimento da C&T, que são responsáveis por mais de 85% das pesquisas realizadas no país. Dados sobre pesquisadores confirmam esse indicador: 90% dos doutores-pesquisadores registrados nos Grupos de Pesquisa do CNPq encontram-se em instituições universitárias públicas (SCHWARTZMAN, 2003). Nesse sentido, é indiscutível que a pesquisa desenvolvida pelas universidades e institutos de P&D públicos têm um efeito altamente positivo sobre as atividades inovadoras das empresas e, conseqüentemente, sobre a sua capacidade competitiva (GUIMARÃES ET AL, 1998; BALLESTEROS, RICO, 1997).

Observa-se, também, o crescimento do número de universidades que buscam uma aproximação mais efetiva com a realidade econômica e social atual, obtendo êxito, em muitos casos, mediante estudos, pesquisas e intervenções locais em parceria, não somente com megacorporações multinacionais e grandes empresas nacionais, mas também com o setor público, e com micro e pequenas empresas, cooperativas, ONGs, instituições sociais sem fins lucrativos, entre outras instituições.

No intuito de repensar o caráter público da universidade brasileira, procura-se, nesse artigo, analisar as relações de parcerias e cooperação interinstitucional mantidas pelas universidades públicas, refletindo sobre os tipos de relações que se processam, bem como se os resultados dessas parcerias vêm ao encontro das expectativas e demandas sociais locais/regionais, contribuindo efetivamente para o que se denomina "desenvolvimento sustentável"¹(RATTNER, 1999; BARBIERI, 1997).

Em um primeiro momento levanta-se a discussão teórica sobre o tema enfatizando-se a questão das relações interinstitucionais nas Universidades Públicas e, em um segundo momento, apresenta-se o caso de uma universidade pública, a Universidade Federal de Santa Catarina, onde foram pesquisadas experiências de parcerias interinstitucionais com empresas de micro e pequeno porte e organizações comunitárias, em duas unidades de ensino: o Centro Tecnológico - CTC e o Centro de Ciências Agrárias - CCA, selecionados em função de apresentarem os maiores indicadores de produção científica da instituição.²

A pesquisa, de caráter exploratório-descritivo, foi desenvolvida de agosto de 2001 a agosto de 2002. Na primeira etapa do estudo buscou-se informações sobre as parcerias, convênios, cooperações estabelecidas entre instituições representativas de micro e pequenas empresas e a UFSC. Foram aplicadas entrevistas com representantes da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - ACIF, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina - FACISC e Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - FAMPESC.

Na segunda etapa do estudo, 17 professores e pesquisadores dos laboratórios do CCA e do CTC manifestaram a sua opinião, através de entrevistas, sobre a relação C&T e sociedade no Brasil, o papel representado pelas universidades públicas para o desenvolvimento científico e tecnológico e a responsabilidade social correspondente, os tipos de parcerias estabelecidas nos projetos de pesquisa e extensão, o processo de transferência tecnológica entre os laboratórios/núcleos de pesquisa e as organizações parceiras, os resultados obtidos a partir do

¹ O conceito de desenvolvimento sustentável, tão amplamente utilizado para uma idéia de evolução, de compreensão de sociedade, possui neste caso a conotação de "um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial de presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas". (CMMAD, 1998, p.49 apud BARBIERI, 2000, p.25). Ou seja, um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo "socialmente justo e ambientalmente sustentável" (IBID., p. 13). É preciso ter claro o que se pretende com a utilização deste conceito, já que a ciência e a tecnologia formam a base desse processo.

² A pesquisa não incluiu as micro e pequenas empresas de base tecnológicas (EBT'S) que já dispõem de tecnologia de ponta, a maioria das quais desenvolvidas em laboratórios e grupos de pesquisa de universidades públicas.

estabelecimento da cooperação e das parcerias interinstitucionais, dentre outras questões.

Realizou-se, também, um mapeamento das atividades de pesquisa e extensão com base nos dados fornecidos nos sites dos departamentos de ensino e dos laboratórios/núcleos de pesquisa, e ao Núcleo de Processamento de Dados da UFSC para levantar os projetos de extensão. A partir dos relatos apresentados foram selecionados três casos de parcerias bem sucedidas entre a UFSC e a comunidade.

3. Relações universidade- sociedade: um resgate teórico

Uma análise da literatura que trata dos temas ciência, tecnologia e sociedade (CTS) e relações Universidade – Sociedade (U-S) ou mais especificamente, Universidade – Empresa (U-E), conduz a uma melhor compreensão acerca do atual contexto no qual se estabelece uma diversidade de relações interinstitucionais envolvendo as universidades e outras instituições.

Inicialmente deve-se destacar que a relação entre as universidades e seu entorno pode se estabelecer por meio de diferentes formas. Zayas (1997) propõe agrupá-las em quatro direções que incluem: a formação do profissional, a educação em nível de pós-graduação, a pesquisa científica desenvolvida pelos docentes e acadêmicos e a extensão universitária.

No entanto, observa-se que a literatura corrente privilegia a questão da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico inseridos na relação Universidade-Empresa (SOLLEIRO, FALLOH, 1997). Justifica-se esse interesse em função dos resultados práticos de tal cooperação, particularmente tratando-se da transferência tecnológica para o setor produtivo, altamente impactante, e do desenvolvimento conjunto de inovações em produtos e processos favorecendo a competitividade das empresas consorciadas/parceiras. Trata-se de uma visão essencialmente utilitarista centrada no mercado, mas predominante no atual contexto.

As relações interinstitucionais Universidade-Sociedade, mais amplas, revestem-se de interesse para os países do terceiro mundo onde a C&T caminha a passos lentos e os investimentos públicos são insipientes para que reduzam o *gap* tecnológico que os distancia dos países desenvolvidos. Os indicadores de investimento em C&T são elucidativos de tais questões, pois, enquanto os países desenvolvidos aplicam de 2% a 3% de seu PIB em C&T, nos países latino-americanos esse percentual é, em média, inferior a 0,5% do PIB.³ Outro indicador representativo dos contrastes é o número de cientistas e tecnólogos (CT) em relação à população economicamente ativa - PEA. Nos países desenvolvidos chega a mais de sete CT por mil, enquanto na América Latina é de apenas 0,7 CT por mil (VACCAREZZA, 2002).

Assim, compreende-se as razões pelas quais se atribui, nos países de terceiro mundo, uma super-valorização às relações U-E ou às relações U-S como uma estratégia de favorecimento (e, até mesmo, sobrevivência) para o tecido social e/ou produtivo destes países, em função da complexidade das relações internacionais e do atual contexto econômico altamente desfavorável aos países periféricos.

Nos últimos vinte anos a temática envolvendo as relações Universidade-Empresa vem sendo alvo de muitas discussões e polêmicas tanto no meio acadêmico quanto governamental e empresarial. Adormecidas ou pouco significativas até então, é por volta dos anos 80, quando a América Latina sofreu o chamado “efeito dominó” da política neoliberal, que as relações

³ No Brasil, a despeito da polêmica sobre a confiabilidade das estatísticas por parte dos pesquisadores, o governo divulga que há um crescimento significativo no percentual destinado às atividades de C&T. O MCT informa que o percentual em relação ao PIB era de 1% no ano em 2000 (MCT, 2004). Resta uma reflexão sobre o que realmente é considerado como “atividade de C&T”.

entre as universidades e as organizações tomaram corpo (SOLLEIRO E FALOH, 1997).

A crescente demanda por parte do setor produtivo, associada aos cortes de verbas destinados à pesquisa e extensão nas Universidades Públicas, caracteriza uma etapa de alianças entre universidades e empresas que Etzkowitz (apud VELHO, 1996) identifica como "segunda revolução acadêmica" que promoveu uma transformação radical nas funções e estruturas tradicionais das universidades, objetivos das pesquisas e perfil dos pesquisadores. Para este autor, a primeira revolução, ocorrida no final do século XIX e início do século XX, teve seu apogeu durante a Segunda Guerra Mundial, e transformou professores em pesquisadores, abrindo o campo da cooperação com o setor produtivo. A segunda revolução "está levando a universidade a assumir a função de agente de desenvolvimento econômico e transformando os professores em *empresários da pesquisa*" (ETZKOWITZ apud VELHO, 1996, p. 20, grifo nosso).

Nesse quadro, como destacam Segatto e Sbragia (1996, p.337) "a cooperação universidade-empresas se insere como um importantíssimo arranjo interinstitucional (...) a cada dia aumenta a necessidade de se realizarem pesquisas que atendam ao rápido processo de inovação tecnológica em que o mundo se encontra".

Entretanto, ainda que tenha diminuído gradativamente, observa-se que persistem algumas dificuldades no relacionamento entre estes dois entes com culturas, formações e ideologias muito diferenciadas, pois os processos de investigação e pesquisa promovidos pelas universidades geralmente alcançam seus resultados em longo prazo e as empresas têm senso de urgência em suas ações, devido as constantes alterações do mercado.

Muito se discute sobre a efetividade dos benefícios sociais advindos deste tipo de cooperação, em função da capacitação e nível de atualização dos professores dessas instituições e da sua interação com a realidade atual. Outro conflito que surge diz respeito à divisão dos benefícios advindos da produção de novos conhecimentos e novas tecnologias. A propriedade intelectual dos produtos da inovação e a publicação dos resultados são pontos em que empresas e universidades entram em confronto com frequência (FRACASSO, BALBINOT, 1996; SEGATTO, SBAGIA, 1996).

Nesse contexto, é preciso que se repense o caráter público da universidade brasileira e a quem se destinam os conhecimentos, os resultados de suas pesquisas e atividades de extensão, bem como os critérios que avaliam o seu desempenho. Este entendimento assenta-se no fato de ser a universidade um tipo de organização rigorosamente atípico e que, portanto, não pode ser submetida a padrões de desempenho convencionais. Além de eficiência e eficácia, como dimensões importantes a qualquer tipo de organização, a ação de uma universidade de caráter público deve ser medida pelo seu grau de efetividade, ou seja, pelo "critério de desempenho que mede a capacidade de a organização produzir a solução ou a resposta desejada pelos participantes da comunidade" (SANDER, 1982, p. 13). O ponto de vista da abordagem da efetividade é o do impacto social da organização. Seu desempenho é medido, portanto, pelo grau de aceitação de seu produto, pela sua capacidade de atingir objetivos socialmente desejáveis, assumindo contornos nitidamente políticos ao apresentar-se como um critério externo de avaliação do desempenho organizacional.

Entretanto, para que se tenha uma comunidade científica engajada e participante de projeto de sociedade economicamente viável e socialmente mais justa, Dagnino (2003, p.297) defende que se promova um processo sistemático de discussão sobre a sua agenda de pesquisa, alertando que "sem uma comunidade de pesquisa consciente e engajada, o país não vai longe". Para o autor, com ela o Estado pode ter um parceiro qualificado e íntegro para apoiar com eficácia, de forma descentralizada o gerenciamento de recursos públicos, mas para isso "é necessário ter vontade política para mudar; e mudar numa direção coerente com as

condições que temos e o cenário que queremos construir” .

Essa é uma das questões que se discutirá, a seguir, na apresentação dos resultados do estudo de caso aplicado em uma Universidade Pública: a Universidade Federal de Santa Catarina.

4. Relações Universidade-Sociedade: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) destaca-se em âmbito nacional entre os melhores centros difusores de conhecimento que contribuem para o avanço da Ciência e da Tecnologia e de experiências inovadoras em todos os setores da economia. A UFSC está entre as 10 maiores e melhores universidades brasileiras, tanto no que se refere ao número de pessoas diretamente envolvidas, cerca de 34 mil pessoas, quanto da qualificação de seus docentes. Anualmente mais de 3.800 vagas são oferecidas para graduação e outras 1.000 para novos alunos de pós-graduação. O número total de alunos matriculados chega a mais de 29 mil nos níveis de ensino superior, pós-graduação, ensino básico (técnico e fundamental) e educação pré-escolar.⁴

Verifica-se a forte presença da UFSC no desenvolvimento da chamada “indústria de alta tecnologia” de Santa Catarina, particularmente da região da Grande Florianópolis. Em seus laboratórios, núcleos de pesquisa e fundações surgem inúmeros projetos inovadores que têm beneficiado empresas, dentre as quais incluem-se grandes grupos nacionais e multinacionais tais como os grupos Weg, Brasmotor, Alcan, White Martins, Portobello, Eliane, Cecrisa, dentre outros e incubadoras tecnológicas (GUIMARÃES, DRESCH, 1998; VIEIRA, 1996).

Com intuito de melhor compreender as relações de parcerias entre instituições e a universidade buscou-se informações junto aos representantes da ACIF, SEBRAE, FAMPESC, FACISC. Essas informações permitiram identificar de que forma essas instituições, que participam dos projetos e parcerias interinstitucionais, avaliam as relações e formas de cooperação praticadas na UFSC.

Para os entrevistados, embora haja um reconhecimento da atuação da UFSC em relação a C&T, observa-se a perda de espaço e incentivo público para o desenvolvimento de C&T que levaria o país ao desenvolvimento sustentável. Em contrapartida, algumas empresas filiadas aos órgãos de apoio à micro e pequena empresa formam convênios e parcerias com determinados laboratórios da universidade para o desenvolvimento ou aprimoramento de seus produtos. Assim, UFSC é vista como uma fonte de inovações e desenvolvimento de novos produtos e geração de novas oportunidades.

Um alerta pode ser identificado nas entrevistas. Para alguns entrevistados o conhecimento produzido pela UFSC não é divulgado para a comunidade, permanecendo restrito à academia, principalmente quando se trata de pequenos projetos, sem grandes repercussões financeiras ou tecnológicas, como as iniciativas junto a comunidades, associações sem fins lucrativos, instituições públicas, ONGs, movimentos sociais e pequenas empresas. Teceram críticas à transferência de tecnologia (em produtos ou processos) para empresas estrangeiras que prejudica as empresas locais, pois a tecnologia é disseminada fora do país para depois retornar como uma tecnologia melhorada, a um preço bem mais elevado.

Na opinião das instituições entrevistadas, a UFSC, como universidade pública, tem como

⁴ Atualmente oferece 39 cursos de graduação, com 52 habilitações e 67 opções; 112 cursos de mestrado, dos quais 40 são oferecidos na sede e 24 cursos de doutorado, 21 deles na sede (UFSC, 2004, dados de 2002 disponível em www.ufsc.br).

principal responsabilidade a preparação de bons profissionais para o mercado de trabalho proporcionando-lhe uma "visão crítica e sistêmica".⁵ Algumas sugestões para que a UFSC viesse a contribuir efetivamente para o desenvolvimento econômico sustentável vão desde a execução de projetos para comunidades carentes até a inclusão de disciplinas práticas relacionadas ao tema C&T e sociedade no currículo dos cursos.

Em um segundo momento, por meio de entrevistas, 17 professores, coordenadores e pesquisadores dos laboratórios do CCA e do CTC, refletiram sobre diversas questões relacionadas à situação da C&T no Brasil, o desenvolvimento tecnológico e as parcerias estabelecidas com a UFSC via projetos de extensão. Entre as considerações apresentadas pelos pesquisadores, destaca-se a percepção de que a interação com a indústria ainda é muito pequena e que a verba pública destinada à pesquisa permanece insuficiente.

De acordo com as entrevistas, percebe-se que as pesquisas realizadas para as empresas são específicas para algum produto ou serviço e, quando realizadas com verbas públicas, são pesquisas mais amplas promovendo uma interação maior entre a universidade e a sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento de C&T fica prejudicado pela diminuição dos incentivos à pesquisa, cortes de verbas para os laboratórios e diminuição do número de bolsas concedidas aos alunos. No Quadro Comparativo 01, em anexo, apresenta-se a relação dos laboratórios pesquisados, o tipo de parcerias estabelecidas e as principais dificuldades relatadas pelos entrevistados (Anexo 1).

Quanto à responsabilidade social da UFSC como instituição pública de ensino e produtora de conhecimento, surgiram os mais diversos pontos de vista e sugestões. Uma das visões, compartilhada por grande parte dos entrevistados, sugere que a UFSC deve desenvolver o conhecimento tendo em vista a expectativa da sociedade quanto ao seu desempenho no auxílio a questões sociais. Neste sentido caberia à universidade uma atuação maior em articulação e parceria com órgãos públicos, além de um maior comprometimento social.

Embora reconheçam que a principal função da UFSC seja a formação, pesquisa e extensão, a maioria dos entrevistados concorda que ainda há um distanciamento em relação ao meio externo, no sentido de que grande parte da sociedade não usufrui, de fato, do que é realizado em termos de produção científica. Isto representa um indicativo da pouca difusão do conhecimento, fato confirmado em outras pesquisas sobre as relações Universidade-Sociedade (DAGNINO, 2002; SCHWARTZMAN, 2003; SEGATTO, SBRAGIA, 1996; VELHO, 1995).

Alguns entrevistados acrescentam que essa responsabilidade não é exclusiva da instituição e nem do poder público, devendo ser compartilhada com as empresas privadas. Porém, um pesquisador mais crítico em suas colocações, afirmou que é evidente que a UFSC, enquanto entidade pública, tem o compromisso de atuar e investir naquilo que é efetivamente de interesse público. Ressalta, porém, que atualmente ocorre um desvio nessa função, pois "*a idéia de privatização transforma o comportamento das instituições públicas que direcionam os interesses da tecnologia para questões de cunho privado*".⁶

Quanto à maneira como a UFSC poderia contribuir para o desenvolvimento econômico e social regional sustentável, destaca-se a necessidade de um maior número de ações conjuntas com a comunidade como a participação em conselhos comunitários, associações, ONGs, bem

⁵ A visão crítica a que se referem os representantes das empresas é no sentido de constatação e apresentação de soluções para os problemas de ordem prática das empresas. Em nada se assemelha a uma visão da realidade com criticidade, de acordo com uma postura contestatória. Um viés comum que encontra amparo no "pragmatismo" e/ou no "operacionalismo" muito comum no pensamento da classe empresarial (THIOLLENT, 1983).

⁶ Aqui cabem as críticas de VELHO (1995), DAGNINO (2002) e SCHWARTZMAN (2003) à privatização do conhecimento gerado com recursos públicos nas Universidades Públicas.

como com órgãos públicos, representativos do legislativo e executivo.

Apesar da existência de um grande potencial humano, em termos científicos, capaz de oferecer contribuições efetivas para a sociedade, foi identificada a existência de barreiras entre a universidade e o setor público. Isto se reflete pela falta de receptividade dos órgãos públicos ao que é desenvolvido na universidade. Há dificuldade de aproximação dos pesquisadores para a apresentação de projetos sociais, em função do imediatismo de resultados, mas percebe-se também um comportamento de reserva quanto às avaliações advindas da “massa crítica” da academia.

Os pesquisadores entrevistados destacaram o papel da UFSC com relação à identificação de carências tecnológicas dos sistemas produtivos locais, oferecendo o aporte de conhecimentos da universidade, repassando soluções alternativas, promovendo a formação e integração social, ambas voltadas para o benefício da coletividade, e não exclusivamente para interesses corporativos ou individuais. Ressaltam também que os projetos de pesquisa e extensão com repercussão sobre a sociedade são aqueles que disponibilizam um conjunto de conhecimentos e técnicas para o desenvolvimento social.

Outro importante elemento destacado refere-se ao processo de transferência de tecnologia que deveria ocorrer de acordo com o potencial tecnológico de cada região, com uma avaliação do potencial econômico, cultural e social, possibilitando condições para a aplicação de tecnologias apropriadas de forma sustentável (RATTNER, 1999) e a promoção de condições para seu desenvolvimento. De maneira geral, os pesquisadores consideram positivas as iniciativas da UFSC no que se refere à transferência de tecnologia para as micro e pequenas empresas e comunidades. A transferência é considerada como "em sentido duplo", ou seja: da UFSC para as empresas e comunidade, e vice-versa, em uma dinâmica participativa. Mas há casos em que a transferência de tecnologia ocorre em um só sentido, da Universidade para as empresas e comunidades.

As informações obtidas revelam que a UFSC realiza parcerias com os mais diversos tipos de instituições, com especial destaque para as empresas privadas, sendo que os laboratórios que realizam a maior quantidade de parcerias com empresas privadas de grande porte pertencem ao Centro Tecnológico, especificamente aos departamentos de Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Sistemas e Engenharia Elétrica.

As parcerias estabelecidas pelos laboratórios são formalizadas, em geral, através de contratos de prestação de serviço, tendo uma das fundações universitárias⁷ como gestora. As parcerias informais envolvem a participação comunitária no processo e ocorrem com pouca frequência nos laboratórios pesquisados. Alguns laboratórios que desenvolvem informalmente projetos de âmbito social mantêm parcerias formais, financiadas simultaneamente por empresas privadas e por órgãos públicos.

Na discussão acerca das parcerias que a UFSC realiza por meio de seus laboratórios e grupos de pesquisa veio à tona a questão dos cursos de pós-graduação pagos como uma parceria envolvendo a comunidade diretamente ou instituições de ensino de outras regiões.⁸ Alguns entrevistados atribuem a esse tipo de extensão um caráter de multiplicação do conhecimento, tendo em vista a situação de defasagem em que se encontram certas regiões do país. Valendo-

⁷ As mais utilizadas são a FEESC – Fundação de Ensino da Engenharia de Santa Catarina e a FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária.

⁸ Verificou-se que os cursos de pós-graduação, embora possam ser feitos no Laboratório de Ensino a Distância (LED), na maioria dos casos ocorrem com a presença do professor em sala de aula com seu deslocamento para outras regiões de Santa Catarina e do país. O resultado imediato dessa ação é a presença maciça de estagiários docentes ministrando aulas na UFSC sem o acompanhamento do professor titular, comprometendo a qualidade do ensino na graduação.

se de uma argumentação favorável, um dos entrevistados acrescenta que os cursos pagos, assim como outras parcerias remuneradas, geram recursos que, administrados pelas fundações, são convertidos em renda, distribuída para os laboratórios envolvidos, departamentos, reitoria, centros, além do próprio professor.

Estes aspectos seriam reforçados pela situação de defasagem salarial dos professores que buscam, através desses cursos, uma forma de “complementação salarial”. A maioria, porém, opõem-se à cobrança dos cursos e discorda da utilização de estagiários docentes em classe, sem a presença do professor orientador. Os cursos pagos são, particularmente, interessantes para a sobrevivência dos laboratórios com altos custos de manutenção, diante da situação de redução de verbas pelo governo. Assim, configura-se a situação descrita por Velho (1996) em que os pesquisadores acabam por tornar-se “empresários da pesquisa”.

Os dados quantitativos, coletados junto ao NPD, permitem estabelecer uma diferenciação entre os centros pesquisados em relação aos beneficiários, a remuneração dos projetos de extensão, as entidades gestoras, entre outros fatores relevantes. Verificou-se a existência de um número superior de projetos do CTC (203) em relação ao CCA (61) principalmente em função da obrigatoriedade de registro oficial na UFSC para o desenvolvimento de projetos remunerados e pela quantidade maior de departamentos e, conseqüentemente, de laboratórios e núcleos/grupos de pesquisa no CTC.

Enquanto os projetos no CCA beneficiam a comunidade em 56% dos casos, no CTC este indicador é de 9%. Neste centro destacam-se os projetos que beneficiam, em 47% dos casos, as empresas privadas. Estas, por sua vez, são beneficiadas em 26% dos projetos do CCA. Também se verificou que cerca de 44% dos projetos no CCA são gratuitos, no CTC apenas 11%. Enquanto o CCA conta com financiador em 77% de seus projetos, o CTC tem 86% de seus projetos financiados por empresas diversas e os projetos de extensão pagos são geridos por fundações da própria UFSC, com destaque para a FEESC e a FAPEU.

O confronto desses dados com as entrevistas permite inferir que a contribuição da UFSC para a sobrevivência das micro e pequenas organizações, comunidades carentes, ONGs, entre outros, apresenta um resultado qualitativamente superior quando transmite o conhecimento e transforma a realidade social, por meio da atuação comunitária, o que foi mais perceptível no CCA. Em oposição, no CTC, encontra-se uma atuação maior no setor privado onde a forma de execução e transferência de tecnologia apresenta resultados econômicos imediatos para as organizações, não refletindo, necessariamente, na melhoria social.

Enfim, em relação aos inúmeros cursos de extensão pagos (de pós-graduação), principalmente no CTC, constata-se que estes influenciam diretamente a queda na qualidade do ensino, uma privatização “mascarada” do ensino público. Além disso, verifica-se que os cursos estão voltados para formar o “profissional de mercado” ao invés de propiciar uma formação integral (técnica e humanística).

5. Relato de experiências bem sucedidas na UFSC

A partir da análise das entrevistas e depoimentos, com os pesquisadores entrevistados, foram selecionadas três experiências bem sucedidas de acordo com uma concepção de integração entre C&T e sociedade, relatados a seguir.

5.1 O Laboratório de Projetos: projetos competentes, comprometidos socialmente

O LABPROJ, criado em outubro de 1990, constituiu-se um espaço para o envolvimento direto do Curso de Arquitetura com a comunidade, atendendo às aspirações tanto de professores quanto de alunos. A possibilidade de realização de trabalhos aplicados relacionados às necessidades da comunidade em geral e universitária significava uma oportunidade ímpar de aperfeiçoamento de alunos e professores ao propiciar: o repasse das pesquisas e investigações produzidas na Universidade Pública à comunidade e outras instituições no âmbito regional; a prática contínua do exercício profissional da Arquitetura, como um dos fatores básicos do aprimoramento da qualificação docente; a sensível ampliação da oferta de estágios extracurriculares ao corpo discente em um ambiente que privilegia a intrínseca relação ensino/pesquisa/extensão.

As atividades do laboratório são desempenhadas sob a forma de pesquisa, extensão, projetos, consultorias, assessorias, além da realização de cursos, debates, seminários, palestras, viagens de estudo, painéis e outras vinculadas ao exercício profissional do arquiteto e que, *"quando remuneradas estejam necessariamente vinculadas à pesquisa, não implicando em concorrência com a iniciativa privada em nível regional"*.

Entre os diversos projetos desenvolvidos pelo LABPROJ, destacam-se diversos projetos que envolvem ensino, pesquisa e extensão tais como: Projeto Experimental de Equipamentos e Brinquedos Hospitalares; Projeto de Renovação Interna de Prédios da UFSC; Projetos de: Arquitetura de Interior e Mobiliário para o Ambulatório de Pediatria do Hospital Universitário; Projeto Barco-Brinquedo para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC e Projeto de Análise Morfológica da Cidade de Florianópolis.

Destacam-se experiências bem sucedidas no passado, associadas ao trabalho desenvolvido pela professora Marta Dischinger com relação a projetos e *design* para fins educacionais, como por exemplo, equipamentos e brinquedos para as Unidades de Pediatria dos Hospitais Infantil e Universitário e para a Fundação Catarinense de Educação Especial, para a qual desenvolve, também, os protótipos dos brinquedos.⁹ No LABPROJ também são desenvolvidos projetos que envolvem pesquisa e resgate histórico, tal como um projeto em parceria com a Prefeitura de Lages visando resgatar o patrimônio histórico desse município catarinense.

Um fator restritivo nas parcerias realizadas com alguns órgãos públicos, é que nem sempre são implantados os projetos em sua totalidade, por falta de recursos financeiros ou entraves burocráticos. É o caso do Hospital Infantil, onde não foi concluído um projeto de arquitetura de interior e *lay-out*. Entretanto, de modo geral os representantes do laboratório consideram a maioria das parcerias realizadas como “bem sucedidas” em seus propósitos.

⁹ Um de seus projetos teve reconhecimento internacional e o Governo da Suécia produz, com a sua autorização brinquedos educativos para crianças excepcionais, sem ter que pagar o direito de uso da patente ou licenciamento, desde que esta produção não seja para fins de mercado.

5.2 O Laboratório de Urbanismo: Floripa¹⁰ de cara nova com desenvolvimento sustentável

Um dos laboratórios que realiza com excelência a missão de integração da Universidade Pública com os seus fins sociais é o Laboratório de Urbanismo-LABURB. Esta unidade propõe-se a estabelecer as condições de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e de extensão universitária na área do planejamento urbano e regional, do urbanismo e da história da cidade de acordo com os pressupostos da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Criado em 1990, por iniciativa de um grupo de professores do Curso de Arquitetura, o LABURB mantém as mais diversas parcerias com comunidades, associações de bairros, e outras associações e entidades da sociedade civil, com as de defesa ambiental, urbanismo, câmara de vereadores de Florianópolis, nessa última, prestando assessoria aos vereadores que defendem causas comunitárias e ambientais. Muitos trabalhos sobre os bairros de Florianópolis, planos alternativos de desenvolvimento urbano, sobre a revitalização de áreas centrais, problemas habitacionais, já foram realizados ou se encontram em andamento, estabelecendo relações de cooperação entre universidade e comunidades locais.

Como experiências bem sucedidas do LABURB destacam-se:

- a) as ações de defesa ambiental no caso do Projeto das Marinas da Barra da Lagoa, projeto que envolveu uma equipe interdisciplinar e que tinha o objetivo de contestar o EIA/RIMA¹¹ de uma grande empresa catarinense. O Ministério Público recebeu e acatou a denúncia balizada em 21 pareceres técnicos emitidos pelos professores da equipe interdisciplinar da UFSC, inviabilizando o projeto. A empresa recorreu e o processo permanece em andamento.
- b) Plano Diretor Alternativo para as praias de Ingleses- Sul e Santinho, atuando junto ao IPUF¹², a parceria efetivada com o Conselho Comunitário do Santinho e a ONG Movimento Ilha Ativa em 2000. Integrantes do LABURB elaboraram um Projeto de Lei substitutivo em apenas 45 dias, sendo que o projeto original levou dois anos para ser concluído.
- c) Plano Alternativo de Aprovação do Espaço Urbano do Bairro Campeche em parceria com o Conselho Comunitário, associações civis, grupos de defesa ambiental e a comunidade.
- d) A maior experiência refere-se a um grande Projeto de Pesquisa e Extensão financiado pela FINEP e pelo BID, inserido no Programa de Tecnologia de Habitação (Habitare), iniciado na UFSC em 1996. Esse projeto tinha como finalidade buscar soluções para o setor de habitação de interesse social na região da Grande Florianópolis. A equipe interdisciplinar envolveu pesquisadores do Departamento de Arquitetura, de diferentes laboratórios, entre os quais LABURB e Grupo de Estudos da Habitação-GHAB, e o Departamento de Estatística e Informática do CTC/UFSC. As avaliações desenvolvidas envolveram a migração urbana de famílias, ocasionada pelo Projeto Bom Abrigo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, inserido no grande projeto nacional “Habitar Brasil”.

Outros projetos de ocupação e reurbanização de áreas de forma sustentável envolvendo comunidades carentes também vêm sendo desenvolvidos. Parcerias bem sucedidas estabelecidas pelo LABURB envolvem estudos e assessoramento à Comissão do Estatuto da Cidade, Fórum da Cidade e a comunidades diversas.

¹⁰ Apelido carinhoso muito utilizado nas referências à Ilha de Santa Catarina, tanto pelos ilhéus quanto pelos turistas.

¹¹ EIA - Estudo do Impacto Ambiental e RIA - Relatório de Impacto Ambiental .

¹² Instituto de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Florianópolis - IPUF

5.3 O Laboratório de Mexilhões: a Ciência e a Tecnologia para a inclusão social

O Laboratório de Mexilhões (LAMEX) foi criado junto ao Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética do Centro de Ciências Biológicas da UFSC e atualmente está vinculado ao Departamento de Aqüicultura do Centro de Ciências Agrárias integrante do Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos (LCMM).¹³

Com o apoio técnico e científico da UFSC, em particular da atuação dos professores do LAMEX e também do LCMM, em 1988, formou-se o primeiro condomínio de maricultura do Brasil, o Condomínio de Pesca e Maricultura Baía Norte, atualmente Associação de Maricultores do Norte da Ilha (AMANI). Também, com o apoio da EPAGRI¹⁴, foram mapeadas áreas do litoral propícias para cultivo e locais onde havia produtores interessados na atividade. Assim, os primeiros produtores, na década de 90, receberam periodicamente assistência gratuita oferecida pelos extensionistas e pela universidade.

No início da atividade inexistiam regulamentações específicas apropriadas a maricultura. Os pesquisadores do LAMEX contribuíram com os seus conhecimentos científicos para a elaboração das primeiras portarias, deliberando sobre a época de defeso e a proibição da extração de sementes de mexilhão dos costões e bancos naturais sem a autorização expressa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Atualmente, o laboratório mantém pesquisas voltadas às questões biológicas e continua sendo responsável pelo desenvolvimento tecnológico e, em parceria com a EPAGRI, também pela assistência técnica. Em razão da iniciativa da coordenadora deste laboratório na transferência e aplicação de técnicas e conhecimentos, o cultivo de mexilhões estabeleceu-se como atividade comercial no Brasil e, desde então, cresce a adesão de produtores à atividade, que se torna cada vez mais a principal fonte de renda das famílias envolvidas.

Assim, verifica-se que a maricultura desempenha um importante papel na geração de renda e na formação de organizações sociais como as associações de maricultores. Além disso, por ser uma atividade que exige a manutenção de uma boa qualidade de água e que promove uma ação não exclusivamente extrativista, como ocorre na pesca, amplia a sua natureza, agregando elementos relativos à preservação ambiental. Como forma de integrar o ensino à pesquisa e extensão, a coordenadora do laboratório procura direcionar as atividades envolvendo os alunos para que utilizem os conhecimentos científicos na resolução de problemas dos produtores.

6. Considerações finais

O documento da UNESCO “A Ciência para o Século XXI” elaborado com base na “Conferência Mundial sobre Ciências” (Santo Domingo, março de 1999) e “Declaração sobre Ciências e a utilização do Conhecimento Científico” (Budapeste, 1999) alerta para o poder incomensurável da Ciência e da Tecnologia, a tal ponto que um dos maiores desafios de nosso

¹³ A coordenadora deste laboratório, professora Aimê Magalhães, com sua experiência anterior no cultivo de mexilhões adquirida na Universidade de São Paulo (USP) pelo desenvolvimento de pequenos módulos de cultivo no litoral norte de São Paulo, trouxe para a UFSC a idéia de produzir as técnicas e os conhecimentos necessários para o mexilhão da espécie *Perna perna*.

¹⁴ Empresa de Agropecuária e Extensão Rural - EPAGRI

tempo é o seu controle social, a sua abrangência universal, a sua utilização em benefício da humanidade e não como um instrumento de destruição.

O documento aponta no sentido de um novo compromisso da C&T com o desenvolvimento humano auto-sustentável, particularmente em áreas como a América Latina e o Caribe, cuja defasagem científica é imensa, requerendo uma revisão de estratégias e políticas de C&T, assumidas conjuntamente, de forma interdisciplinar por governos, setor empresarial, universidades e outros agentes de fomento científico e tecnológico.

A Universidade Pública, apesar dos avanços para o seu desmantelamento, ainda é o grande meio da produção científica e tecnológica do país. Entre as 12 maiores e melhores universidades brasileiras, 10 delas são de caráter público, segundo os resultados das avaliações recentes do Ministério da Educação e Cultura. Nessas universidades concentram-se quase a totalidade das pesquisas e pesquisadores do Brasil, de todas as áreas do conhecimento.

A busca de parcerias com as universidades vem crescendo, principalmente, em função da pressão internacional por produtos tecnologicamente inovadores, com elevada qualidade e preços competitivos. Entretanto, entende-se que as universidades públicas têm um compromisso com a sociedade que as mantém, no sentido de identificar e analisar problemas concretos a serem estudados, vinculados e comprometidos com a realidade local ao invés de produzir conhecimento a partir de uma realidade cultural distanciada e alheia.

Diante desse quadro, neste texto procurou-se refletir e avaliar a natureza das parcerias interinstitucionais desenvolvidas na UFSC e a sua contribuição para a sobrevivência de organizações comunitárias, associações e/ou empreendimentos de micro e pequeno porte, de economia de mercado ou solidária, a partir da pesquisa realizada em dois centros de ensino.

Verificou-se, com base nos pareceres dos pesquisadores da UFSC, que esta universidade encontra-se em destaque no contexto do desenvolvimento de C&T no Brasil em função da produção científica e tecnológica e das contribuições em termos de soluções para empresas e para a sociedade. A UFSC, porém, deveria voltar-se mais ao atendimento das necessidades sociais, ampliando a área de atuação para além das demandas específicas de empresas privadas. Isto não significa a ausência completa de grupos preocupados e atuantes junto à comunidade, uma vez que se verificou que muitos professores trabalham voluntariamente em movimentos sociais, atividades relacionadas com políticas públicas, compondo comitês para organização local, entre uma série das atividades voltadas para o bem social.

Apesar de identificado um certo distanciamento entre a UFSC e a comunidade e outros órgão públicos, a sua atuação deveria, prioritariamente, voltar-se para o desenvolvimento do conhecimento de forma comprometida com as expectativas da sociedade, no que tange às questões sociais básicas, como educação, saúde, condições de vida e exclusão social.

A busca por um trabalho integrando as várias áreas de ensino é um objetivo a ser perseguido, visto que grande parte das pesquisas requerem a interdisciplinaridade para o alcance de soluções efetivas onde a co-participação de todas as áreas de conhecimento é essencial pela riqueza de informações e saberes advindos da diversidade.

Fica evidente que o êxito no estabelecimento de parcerias depende da capacidade de integração das instituições/organizações envolvidas, superando divergências e desconfianças, respeitando as culturas e os saberes diferenciados para que se atinja um resultado que beneficie ambas as partes e a sociedade em geral.

Considerando as três experiências de parcerias bem sucedidas na UFSC relatadas, depreende-se que a atuação de laboratórios e grupos de pesquisa dos centros de ensino pesquisados (CTC

e CCA) refletem um compromisso e envolvimento com a sociedade, especificamente, com aqueles segmentos mais carentes de conhecimentos e tecnologias apropriadas para a sua emancipação enquanto sujeitos e grupamento humano.

No CTC o que se constatou é a concentração de projetos sociais e comunitárias no Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Nos demais, salvo algumas exceções (caso do Departamento de Estatística e Informática) as relações interinstitucionais de parceria voltam-se quase que exclusivamente para o setor produtivo, mas pouco beneficiando as empresas de pequeno porte. Já no CCA a participação de todos os departamentos de ensino em projetos comunitários, ou favorecendo pequenos produtores rurais, caracteriza um outro tipo de encaminhamento das relações de cooperação.

Essas experiências demonstram que há muitos aspectos favoráveis às relações de cooperação e parcerias mantidas pelas Universidades Públicas, pois há grupos de pesquisadores defendendo o papel da universidade como agente social de transformação, a despeito da tendência dominante de transferir o mundo da ciência (conhecimentos/saberes científicos) para o mundo dos interesses (setor produtivo, objetivos das economias capitalistas), onde os pesquisadores das universidades públicas acabam por tornar-se "empresários da pesquisa" (VELHO, 1996) atraídos, principalmente, pelas vantagens financeiras.

No entanto, observa-se que há necessidade de uma maior divulgação, tornando públicas essas experiências cooperativas, tanto para a comunidade universitária, quanto para o público externo, que na sua maioria, em ambos os casos, as desconhecem. Essas formas de cooperação, além de servirem para a melhoria da imagem institucional da UFSC junto à comunidade, alertam para a necessidade de uma reflexão sobre os tipos de cooperação e as parcerias que a sociedade espera de uma instituição pública de ensino superior. Relatos como esses evidenciam que parcerias e relações de cooperação são bem vindas, desde que cumpram o papel social da universidade pública.

REFERÊNCIAS

- BALESTEROS, J. A, RICO, A M. La colaboración entre empresa y centros públicos de investigación españoles a través de los proyectos concentrados del Plan Nacional de I&D. In: **Memorias del VII Seminario Latinoamericano de Gestión Tecnológica**. La Habana, Cuba. 1997. Tomo I, p.271-288.
- BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis; Vozes, 1997.
- DAGNINO, R. A relação Universidade-Empresa e o argumento da hélice tripla. **Revista Brasileira de Inovação**. Rio de Janeiro: FINEP, v.2, n.2, jul./dez. 2003. p. 267-308.
- DRESCH, G., GUIMARÃES, V. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. XX. 1998. São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP/FIA/PACTO/NPGCT, 1998. CD-ROM, 128.
- FRACASSO, E.M., BALBINOT, Z. A propriedade intelectual na relação Universidade-Empresa. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, XIX, 1996. São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP/FIA/PACTO/NPGCT, 1996. p. 639-651
- GUIMARÃES, V. ET AL. **Parcerias Interinstitucionais e Sobrevivência das organizações e dos Trabalhadores**: a Contribuição da UFSC para a Sociedade. Relatório PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2002.

GUIMARÃES, V. ET AL. Diagnóstico organizacional de uma incubadora tecnológica. O caso do CELTA/SC. SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. XX. 1998. São Paulo, **Anais**. São Paulo: USP/FIA/PACTo/NPGCT, 1998. CD-ROM 136.

GUIMARÃES, V.N., GRAMKOW, A., FILIPON, N. **Redes Relacionais e Parcerias Inter-Organizacionais**: alternativas cooperativas de sobrevivência? Um estudo multisetorial em Santa Catarina. Relatório PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2001.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA Indicadores em C&T. Disponível em: < [http://www.mct.gov.br/dispêndios em P&D](http://www.mct.gov.br/dispêndios%20em%20P&D)> acesso em 03 março 2003.

RATTNER, H. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil**: é hora da relevância. Brasil, Educação Brasileira, 1982.

SEGATTO, A P., SBRAGIA, R..Cooperação Universidade-Empresa: um estudo exploratório. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, XIX, 1996. São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP/FIA/PACTo/NPGCT,1996. p. 337-356.

SOLLEIRO, J.L., FALOH, R. **Memorias Del VII Seminario Latinoamericano de Gestión Tecnológica**. Tomo II. La Habana, Cuba, octubre de 1997.

SCHWARTZMAN, S. A pesquisa científica e o interesse público. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Inovação**, v.1, n.2, jul/dez. 2002. P. 360-395.

THIOLLENT, M. Problemas de metodologia. IN: FLEURY, A.C., VARGAS, N. **Organização do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1983. P. 54-83.

UNESCO. **A Ciência para o Século XXI**. Uma nova visão e uma base de ação. Conferência Mundial sobre a Ciência: Budapeste e Santo Domingo. Brasília: ABIPITI, 2000.

VACCAREZZA, L. Ciência, tecnologia e sociedade: o estado da arte na América Latina. In: SANTOS, L. W. ET AL. (Orgs.) **Ciência, tecnologia e sociedade**: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002. P. 43-79.

VELHO, S. **Universidade-Empresa**: desvelando mitos. Campinas, SP: Editores Associados, 1996.

VIEIRA, S. **Indústria de alta tecnologia**: reflexos da reserva de mercado e do neoliberalismo em Florianópolis. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1996.

ZAYAS, M.A. Un modelo de vinculación Universidad-Empresa y experiencias de su aplicación en Cuba. In: **Memorias del VII Seminario Latinoamericano de Gestión Tecnológica**. La Habana, Cuba. 1997. Tomo I. p.1065-1076.

ANEXO 1

Quadro 01 - Laboratórios e Núcleos de Pesquisa do CTC e do CCA participantes da pesquisa

Laboratório	Departamento	Parcerias	Principais Dificuldades
Laboratório de Mexilhões (LAMEX)	CCA – Eng. de Aqüicultura	Laboratórios, EPAGRI e escolas públicas	Falta de infra-estrutura (equipamentos e pessoal qualificado).
Laboratório de Morfogênese e Bioquímica Vegetal (LMBV)	CCA – Fitotecnia	Universidades internacionais, nacionais e empresas privadas	Na dificuldade econômica as empresas logo desfazem as parcerias com as universidades
Laboratório de Etologia Animal (LETA)	CCA – Zootecnia e Desenv. Rural	MST e empresa privada	Distância das localidades das demandas atendidas
Núcleo de Processos de Frutas e Hortaliças e Tecnologias Limpas (LFH)	CCA – Tecnologia Alimentos	Empresas Privadas	Falta de recursos e critérios dos editais das agências de fomento.
Laboratório de Conforto Ambiental (LABCON)	CTC – Arquitetura	Organizações Públicas	Falta de recursos e critérios dos editais das agências de fomento.
Grupo de Estudos da Habitação (GHAB)	CTC – Arquitetura	Comunidades e Associações	Parcerias concretas com a Prefeitura Municipal de Florianópolis
Laboratório de Projetos (LABPROJ)	CTC – Arquitetura	Organizações públicas, filantrópicas, de fomento e educacionais	Falta de recursos para implantação de projetos e entraves burocráticos
Laboratório de Urbanismo (LABURB)	CTC – Arquitetura	Comunidades, associações e entidades da sociedade civil	Falta de políticas públicas de fomento e divergências com poderes públicos
Instituto de Eletrônica de Potência (INEP)	CTC – Eng. Elétrica	Empresas Privadas, públicas e de fomento	Falta de recursos para atender a pequenas empresas gratuitamente
Lab. de Projeto e Fabricação de Componentes de Plásticos Injetados (CIMJECT)	CTC – Eng Mecânica	Empresas Privadas e laboratórios UFSC	Dificuldade de obtenção de recursos privados a fundo perdido
Laboratório de Energia Solar (LABSOLAR)	CTC – Eng Mecânica	Empresas privadas, públicas, institutos de pesquisa, NASA, ONU	Burocracia excessiva para Formalização de parcerias e liberação de recursos
Laboratório de Materiais (LABMAT)	CTC – Eng Mecânica	Empresas Privadas	Divergências de visão e linguagem da UFSC em relação às das empresas
Laboratório de Mecânica de Precisão (LMP)	CTC – Eng Mecânica	Empresas Privadas	Validação de disciplinas realizadas pelos alunos em outros países
Laboratório de Controle de Processos (LCP)	CTC – Eng. Química	Empresas Privadas, públicas e de fomento	Falta de recursos financeiros
Laboratório de Educação Ambiental (LEA)	CTC – Eng. Sanitária e Ambiental	Convênios Específicos para consultorias	Dificuldade para atender a todas as demandas da comunidade
Laboratório Integrado do Meio Ambiente (LIMA)	CTC – Eng. Sanitária e Ambiental	Privadas, Públicas, de fomento e prefeituras	Espaço físico do laboratório
Laboratório de Sistemas do Conhecimento (LSC)	CTC – Informática e Estatística	Órgãos de fomento, AGRECO e CELESC	Distância das localidades das demandas atendidas

Fonte: Dados Primários da Pesquisa, 2002